

SINOPSE DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA “Diretoria Colegiada”

Data: 08/04/2020 **hora:** 14h **Local:** Via videoconferência

Presentes:

Membros (as): Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29); Eduardo Pimenta (UVA); Guilherme Moura (PMSJ); Emídio Fernandes (Associação Raízes); Mario Flávio Moreira (SECMA - PMCF); Edna Calheiros (AMEAS); Gilton de Luna (STTRCF).

Convidados (as): Adriana Saad (CILSJ); Cláudia Magalhães (CILSJ); Luís Faulstich (CILSJ); Marianna Cavalcante (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ).

Pauta:

- 1. Situação financeira do CILSJ, propostas emergenciais;***
- 2. Resoluções CT Pesca e auxílio a pesquisa para análise de pescado da Lagoa de Araruama;***
- 3. Assuntos gerais***

Resumo:

O Sr. Leandro Coutinho, presidente do CBHLSJ, iniciou a reunião destacando a importância do isolamento social devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), justificando a utilização do mecanismo de videoconferência para a realização da Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada. Abordou, então, o primeiro ponto de pauta, situando que todos os Comitês estão vivenciando um cenário de crise e que a atual situação do CBHLSJ apresenta-se agravada devido à falta de repasses para o custeio da Delegatária. Desta forma, observou, houve a necessidade de se recorrer a Resolução CERHI nº 153/2016, que possibilita a utilização de recursos de projetos para o custeio da Delegatária e informou que esse recurso possivelmente seria retirado do destinado a rubrica de saneamento. Enfatizou que essa solução é de caráter temporário, visando à devolução do valor assim que a verba de custeio fosse liberada pelo INEA. Passou, então, a palavra a Sra. Adriana Saad, para melhor elucidação da situação. A Sra. Adriana Saad realizou um breve histórico da situação atual pontuando que, em setembro de 2019, CILSJ foi notificado pelo INEA devido a irregularidades administrativas nos processos do CBHMO do ano de 2012, tais como falta de carimbo e assinaturas, mas sem problemas de dolo. À época, a Assessoria Jurídica do CILSJ elaborou uma defesa dando as devidas explicações. Após o recebimento da defesa do CILSJ, o processo foi encaminhado para a Procuradoria do INEA, que entendeu que não havia necessidade de glosa, nem quebra de contrato, pois os serviços foram executados e a auditoria

do INEA só ocorreu em 2018, não havendo à época advertência para as devidas correções. Desta forma, Auditoria e Procuradoria do INEA deram parecer favorável à continuidade do contrato, no entanto aplicando ao CILSJ uma multa contratual. Na plenária do CBHLSJ em janeiro de 2020 o termo aditivo do contrato de gestão do ano 2020 foi renovado e entregue pelo diretor do INEA, Sr. Hélio Vanderlei em mãos. Entretanto, na ultima reunião da plenária do CBHMO, e posteriormente por ofício aos presidentes dos CBHS, o Sr. Hélio Vanderlei informou que o Presidente do INEA, embora concordasse com a continuidade do contrato, por precaução e respaldo a sua pessoa encaminhou os processos ao TCE, para ciência. Desta forma os repasses financeiros para o consorcio dos dois CBHs estão paralisados desde setembro de 2019. A Sra. Adriana Saad em março teve reunião com o presidente do INEA, que assegurou que ate abriu tudo estaria resolvido. Em sequencia a Sra Adriana se reuniu com o Presidente do Consorcio Sr. Claudio Chumbinho (Prefeito de São Pedro da Aldeia), que enviou um ofício ao Presidente do INEA e ao Secretario Estadual do Ambiente, informando os prejuízos aos 16 municípios da região assim como ao funcionamento do consorcio, solicitando a liberação dos recursos. Porém, com o atual cenário de pandemia, e o decreto de calamidade publica, os repasses foram todos bloqueados, foram retidos 30% dos recursos do FUNDRHI, entre outras medidas de contenção, como a ANA não cobrará, temporariamente, a outorga do uso da água. A Sra. Adriana Saad informou que no momento atual o consorcio está com o caixa zerado, sem condições de pagamento de funcionários e serviços previstos para 20 de abril. Como solução emergencial para a falta o custeio da Delegatária, a Sra. Adriana Saad propôs a utilização da Resolução CERHI 153/2016, que autoriza a utilização de recursos de projetos para custeio, desde que aprovado pela plenária, em caráter emergencial com devolução após regularização de repasse. Desta forma, seriam utilizados R\$ 500 mil do recurso da rubrica saneamento, referente ao projeto de saneamento do município de São Pedro da aldeia. Explicou que a opção por essa rubrica foi devido ao fato de São Pedro da Aldeia ter recebido R\$ 1,5 milhões, tendo R\$ 500 mil a mais que os demais municípios, que receberam R\$ 1 milhão. A Sra. Adriana Saad solicitou, então, autorização à Diretoria presente para levar o assunto à votação da Plenária. O Sr. Leandro Coutinho e Sr. Emídio Fernandes questionaram se essa Resolução já foi utilizada antes por algum Comitê de Bacia Hidrográfica. A Sra. Adriana Saad respondeu que durante uma situação semelhante ocorrida em 2016 devido ao arresto pelo Estado, dos recursos dos Fundos Estaduais, o próprio CILSJ foi financiado desta forma, pois não havia repasse de recursos, onde o CBH Macaé e das Ostras autorizou a utilização de recursos de projetos para custeio. O Sr. Eduardo Pimenta informou que, como há precedente, respaldo Legal e a

necessidade que caracteriza uma situação emergencial, concorda que a proposta seja encaminhada a Reunião Extraordinária de Plenária, marcada para o dia 17 de abril de 2020. Porém, o mesmo destacou que, quando se regularizasse a situação, deveria ser realizada a restituição do valor. O Sr. Emídio Fernandes questionou sobre o valor, perguntando o período pelo qual será utilizado. A Sra. Adriana Saad respondeu que o custo mensal da Delegatária é de R\$ 72 mil e que se calcula que o valor solicitado cobriria os custos até, aproximadamente, dezembro e que a totalidade do valor será devolvida assim que ocorrer o repasse dos recursos de custeio da Delegatária. O Sr. Leandro Coutinho posicionou-se a favor da proposta e do encaminhamento à Plenária. Além disso, perguntou como se encontra a questão do ENCOB e do financiamento do mesmo. A Sra. Adriana Saad elucidou que o evento foi adiado até nova decisão, assim como os demais eventos, como o ECOB, visando-se evitar aglomerações. Os Srs. Gilton de Luna, Mario Flávio Moreira, Guilherme Mora e a Sra. Edna Calheiros também informaram ser favoráveis à proposta e ao seu encaminhamento. O Sr. Leandro Coutinho confirmou a aprovação por parte da Diretoria, para que proposta seja encaminhada a plenária. A Sra. Adriana Saad comentou que o Fórum Fluminense discutiu o cenário atual e o mesmo acredita que a situação deve perdurar por cerca de, pelo menos, 4 meses. O Sr. Emídio Fernandes solicitou que toda a situação discutida fosse detalhadamente esclarecida para a Plenária. A Sra. Adriana Saad informou que o setor jurídico vai redigir uma minuta de Resolução informando detalhadamente a circunstância vivenciada e que esta minuta será apresentada para a Diretoria Colegiada, mas que não haverá tempo hábil para que passe por avaliação da CTIL. O Sr. Emídio Fernandes concordou que, devido a emergência da situação, não é necessário que a resolução passe pela CTIL. Sem mais apontamentos, prosseguiu-se para o segundo ponto de pauta, que tratou das resoluções da CT Pesca e do auxílio a pesquisa para análise de pescado da Lagoa de Araruama. O Sr. Emídio Fernandes informou que, considerando que o teor de seu conteúdo foi avaliado e aprovado pela CT Pesca, não julga necessário que as Resoluções em pauta sejam encaminhadas a CTIL, pois não houve alteração de valor. Destacou, também, que devido aos assuntos prioritários a serem tratados na Plenária, não acredita ser necessário que a aprovação dessas resoluções seja discutida agora, propondo um adiamento desse ponto de pauta e sendo apoiado pelo Sr. Leandro Coutinho. Questionada pela Sra. Adriana Saad, a Sra. Cláudia Magalhães ponderou que o adiamento seria arriscado, à medida que o processo demanda de um tempo maior para a coleta de orçamentos. O Sr. Eduardo Pimenta concordou com o posicionamento do Sr. Emídio Fernandes, demonstrando-se favorável ao adiamento da discussão, devido a prioridade da questão do financiamento da Delegatária, que demanda tempo para ser

debatido. Todos os membros presentes concordaram com o adiamento da aprovação das resoluções para outra Reunião de Plenária, a ser agendada para o mais brevemente possível. A Sra. Adriana Saad sugeriu, então, a marcação de uma Reunião Extraordinária de Plenária para o dia 05 de maio de 2020. O Sr. Emídio Fernandes questionou se a reunião da Plenária do dia 17 de abril de 2020 será aberta ao público geral. Sendo respondido pela Sra. Adriana Saad que o link para a reunião será encaminhado somente para titulares e suplentes, no entanto se outros tiverem interessados em ouvir, podem se juntar aos titulares e utilizarem a mesma tela. O Sr. Eduardo confirmou que o ideal é a participação de apenas os titulares ou suplentes na reunião, a fim de se evitar problemas durante a realização reunião, considerando-se que a mesma ocorrerá via videoconferência. Por fim, a Sra. Adriana Saad informou que a Delegatária está dando prosseguimento a todos os seus procedimentos, atuando em *home office*. Prosseguiu-se para o último ponto de pauta, “assuntos gerais”, no qual se discutiu a atual situação da Lagoa de Araruama, na qual se encontra supersaturada, havendo muita lama na Praia do Siqueira saindo em direção à Praia do Forte. O Sr. Eduardo Pimenta discorreu um breve resumo do que ocorreu durante sua participação no evento sobre o marco regulatório do arrasto de camarão, ocorrida em Brasília. Informou que a FAO estabeleceu um novo modelo que favorece os pequenos pescadores e que os mesmo mostraram-se interessados nas experiências do CBHLSJ e CBHMO e que comunicaram o interesse que o Sr. Eduardo Pimenta contribuísse na construção do documento. O Sr. Leandro Coutinho questionou como estão os projetos executivos dos processos de saneamento. A Sra. Adriana Saad respondeu que os projetos estão com seus processos em andamento, que foi contratada uma empresa pra fazer o projeto básico para que seja dado prosseguimento. A Sra. Edna Calheiros questionou sobre o projeto de saneamento do município de Saquarema. A Sra. Adriana Saad informou que está sendo feito os procedimentos para solicitação do recurso. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Leandro Coutinho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:





Relatora: Jéssica Cavalcante Berbat (Assistente Administrativa do CBHLSJ)

São Pedro da Aldeia, 08 de abril de 2020

Leandro Coutinho Mattos

LEANDRO COUTINHO MATTOS
Presidente
Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João